



MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR
CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR

ATA DA 3^a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DE 12 DE ABRIL DE 2024

1 No dia doze de abril de dois mil e vinte e quatro, na plataforma *Microsoft Teams* por
2 videoconferência, foi realizada a 3^a Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Promoção da
3 Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram presentes, pelo Poder Público, a Conselheira Suplente da Casa
4 Civil da Presidência da República (CC/PR), **Dalila Fernandes De Negreiros**; o Conselheiro Suplente
5 do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), **Dayvid Souza Dos Santos**; a Conselheira
6 Titular do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), **Daniela Luciana Da**
7 **Silva**; o Conselheiro Suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Elizeu Soares**
8 **Lopes**; a Conselheira Titular do Ministério das Mulheres (MMulheres), **Vânia Viana Santos**.
9 Estiveram presentes, pela Sociedade Civil, a Vice-Presidente e Conselheira Titular da União de
10 Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), **Marina Lais Duarte Da Silva**; a Conselheira Titular
11 da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), **Iraneide Soares Da Silva**; o Conselheiro
12 Titular da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), **Delton Aparecido Felipe**; o
13 Conselheiro Titular da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs), **Nuno Coelho**
14 **De Alcantara Junior**; a Conselheira Titular da Associação Nacional das Mulheres Ciganas
15 (ANMC), **Edvalda Bispo Dos Santos Viana**; o Conselheiro Suplente da Associação Nacional das
16 Mulheres Ciganas (ANMC), **Marcos Túlio Costa Gattas**; a Conselheira Titular da Casa de Cultura
17 Ile Ase D'osoguiã (CCIAO), **Mãe Tuca D'Osoguiã**; a Conselheira Titular da Central Única dos
18 Trabalhadores (CUT), **Maria Júlia Reis Nogueira**; o Conselheiro Titular do Centro de Estudos e
19 Defesa do Negro do Pará (CEDENPA), **Gilvan Ferreira De Souza**; o Conselheiro Titular da
20 Coalizão Negra Por Direitos (CND), **Airton Ferreira Da Silva**; o Conselheiro Titular do Coletivo
21 de Entidades Negras da Bahia (CEN-BA), **Antonio Ricardo Herculano Da Silva**; o Conselheiro
22 Titular do Coletivo Nacional de Juventude Negra (ENEGRRECER), **Lucas Ferreira Do Nascimento**;
23 o Conselheiro Titular da Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), **Igor Correia Dos**

24 **Prazeres**; a Conselheira Titular do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos
25 Tradicionais de Matriz Africana (FONSANPOTMA), **Iyá Vera Beatriz Soares**; a Conselheira
26 Suplente do Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, **Anna Maria Canavarro Benite**; a
27 Conselheira Titular do Instituto Alma Preta Jornalismo, **Elaine Maria Da Silva De Toledo**; a
28 Conselheira Suplente do Movimento Negro Unificado (MNU), **Karen Liliane Do Nascimento**; o
29 Conselheiro Titular da Rede Amazônia Negra (RAN), **Paulo Axé**. Esteve presente, como Notório-
30 Saber o Conselheiro **Wanderson Flor do Nascimento**. Como convidada, esteve presente **Maria**
31 **Dandara Gonçalves de Almeida** (Coordenadora da Diretoria de Ações Governamentais do MIR).
32 Por fim, estavam igualmente presentes a equipe da Secretaria-Executiva do Conselho, composta pela
33 Secretária-Executiva do Conselho, **Larissa da Cruz Santiago**; Coordenadora da Secretaria-
34 Executiva do Conselho, **Híris de Paulo Martins**, e Assistente Administrativa do CNPIR, **Edna**
35 **Gabrielle da Silva**.

36 **Dia 12/04/2024** – A reunião foi iniciada. Com a palavra, a Conselheira Dalila Fernandes de Negreiros
37 salientou a importância de realizar a convocação da conferência. Informou que, o decreto foi
38 encaminhado para a Casa Civil, argumentou que é imprescindível estar atento ao período eleitoral
39 para evitar conflitos no calendário. O Conselheiro Airton Ferreira da Silva asseverou que a próxima
40 reunião presencial ocorrerá em uma terça-feira, uma quarta-feira e uma quinta-feira, caracterizada
41 por ser feriado. Relatou que, foi sugerido a ocorrência das reuniões nos dias 27 e 28 e o retorno dos
42 conselheiros no dia 29. A Conselheira Mãe Tuca solicitou uma devolutiva do andamento dos trâmites
43 legais com a PNUD e a FLACSO. A Sra. Larissa da Cruz Santiago ressaltou que não estão com
44 *quórum*, recordou que o calendário foi pactuado na última reunião presencial, o feriado não foi citado
45 e que o processo de passagens foi iniciado. Comunicou que verificará a possibilidade de alteração e
46 que haverá dois dias de reunião: um dia de reunião e outro de oficinas da V CONAPIR. Argumentou
47 que a mudança da data pode comprometer a participação de convidados, pois a disponibilidade do
48 convidado deve ser verificada. Relembrou que, foi solicitado que a sociedade civil chegassem
49 antecipadamente para se reunir e tratar de assuntos relacionados a reunião. Esclareceu que, as diárias
50 e passagens não são pagas no domingo, e que, com a mudança, trabalhariam no domingo. No que
51 concerne ao contrato com a Flacso, notificou que o processo está em andamento interno. Logo após,
52 a Conselheira Mãe Tuca salientou que a última reunião foi atípica e que os conselheiros devem estar
53 atentos aos feriados. A Vice-Presidente Marina Laís Duarte da Silva informou como pauta: 1.
54 Abertura; 2. Informes da Secretaria-Executiva sobre a V CONAPIR; 3. Abertura para fala; 4.
55 Informes da Secretaria-Executiva sobre o Observatório Amefricanidades; 5. Abertura para fala; 6.

56 Informes Finais; 7. Aprovação da ata. No tocante aos informes sobre a V CONAPIR, a Sra. Larissa
57 da Cruz Santiago discorreu que, pretendiam apresentar a minuta do decreto na reunião anterior, que
58 foram discutidas as datas e etapas prévias, e o tema com pontos focais das secretarias Secretaria
59 Especial de Assuntos Parlamentares (SEPAR), Secretaria de Políticas para Quilombolas, Povos e
60 Comunidades Tradicionais de Matriz Africana, Povos de Terreiros e Ciganos (SQPT) e Secretaria de
61 Gestão do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SENAPIR). Recordou que
62 concordaram com a divisão do tema em duas partes e que foi ressaltado o perigo de continuar com a
63 parte final do tema. Relatou que foi realizado um debate interno sobre a introdução do trecho: “*toda*
64 *a população étnico-racial brasileira*”. Manifestou preocupação em atrair a atenção de pessoas que
65 possivelmente não possuem o interesse de conversar. Relatou que o Sr. Luciano Goes, coordenador
66 de assuntos jurídicos da Diretoria de Avaliação, Monitoramento e Gestão da Informação, sugeriu
67 como temas: “*igualdade racial e democracia, reparação e justiça para o futuro do Brasil, igualdade*
68 *racial e democracia, reparação e justiça para um futuro brasileiro e igualdade racial e democracia,*
69 *reparação e justiça para reconstrução da verdadeira democracia racial brasileira*”. A Sra. Maria
70 Dandara Gonçalves de Almeida relembrou que foi manifestada a preocupação do tema “*população*
71 *étnico-racial brasileira*” pois pode atingir públicos diferentes não relacionados ao assunto.
72 Complementou que, foi proposto utilizar o tema “*igualdade racial e democracia, reparação e justiça*
73 *racial para a população brasileira*” e ressaltada a preocupação de repassar os temas aos conselheiros.
74 A Sra. Larissa da Cruz Santiago salientou que, foi sugerido que os pontos focais enviassem propostas
75 e que o tema finalizasse no termo “*justiça racial*”. Iniciadas as discussões, a Conselheira Mãe Tuca
76 aconselhou apresentar a proposta escolhida pelo Pleno e as sugestões. A Sra. Larissa da Cruz Santiago
77 cientificou que, foi recomendado como proposta: democracia, igualdade racial, democracia e
78 reparação e justiça racial, sendo cinco propostas de tema. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres
79 questionou qual é o tema orientado pelo setor jurídico. A Sra. Larissa da Cruz Santiago respondeu
80 que receberam orientações para a redução do tema. O Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento
81 alegou que, as duas primeiras propostas são semelhantes, que a terceira é mais extensa e que a palavra
82 democracia surgiu duas vezes nas propostas. Sugeriu a proposta igualdade racial e verdadeira
83 democracia, reparação e justiça racial se aproximaria. Alegou que a terceira proposta apresenta
84 problemas como repetição, além de ser mais extensa. Ponderou que a primeira proposta é mais enxuta
85 e atende a ASCOM. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres solicitou mais informações sobre a
86 população para a conferência. Acrescentou que a primeira proposta atende a ASCOM. Declarou que
87 democracia é inclusão e que não poderão evitar a participação de outras populações na conferência,

88 pois os municípios e estados devem eleger a delegação. A Conselheira Dalila Fernandes de Negreiros
89 questionou se a proposta anterior incluía todos os grupos étnico-raciais brasileiros. Pontuou que é
90 complexo envolver toda a população étnico-racial brasileira, pois envolve toda a população brasileira.
91 Acrescentou que, as conferências estão direcionadas para as populações étnico-raciais. Salientou que
92 no decreto de comunidades e povos tradicionais apresentam 30 segmentos e grupos com outros perfis.
93 Argumentou que, a proposta sobre a reconstrução da verdadeira democracia racial é mais longa e que
94 o termo “*democracia racial*” seria discutido na conferência. Concordou com a seguinte proposta:
95 igualdade racial, democracia, reparação e justiça racial. Discordou do acréscimo do trecho: “para um
96 futuro brasileiro”. Concordou com o trecho “*para o futuro do Brasil*”, porém não é necessário.
97 Afirmou que os conteúdos da conferência complementariam o assunto. A Conselheira Anna Maria
98 Canavarro Benite ponderou que, em todos os títulos a palavra racial aparecerá duas vezes em cada
99 proposta e que o campo semântico todas as “populações étnico-raciais” ou “todo o Brasil” também
100 parece ser semelhante. Concordou com a reunião prévia com o movimento das organizações sociais
101 para delimitar o público e, pontuou que, deve ser refletido se continuará com a sugestão “*justiça*
102 *racial e igualdade racial*”. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior alegou que o tema deve
103 ser bastante debatido, pois será discutido na conferência. Acrescentou que é importante discutir a
104 política, que estão em busca da democracia e da justiça racial. Arrazoou que, discutir sobre a
105 democracia racial permite criar um conflito com o movimento negro. Complementou que é necessário
106 buscar uma afirmação maior da democracia no país e que estão pautando no movimento social a
107 reparação histórica e a justiça. Concordou com o primeiro título. A Sra. Larissa da Cruz Santiago
108 notificou que, o tema da última Conferência Nacional da Cultura foi “*democracia e direitos culturais*”
109 e o tema da 3ª Sessão do Fórum de Afrodescendentes será “*A Segunda Década Internacional para os*
110 *Afrodescendentes: Combate ao Racismo Sistêmico, Justiça Reparadora e Desenvolvimento*
111 *Sustentável*”. A Conselheira Vânia Viana Santos concordou com a proposta 1 e aconselhou retirar o
112 trecho “*o futuro do Brasil*”. A Conselheira Mãe Tuca ressaltou a preocupação com a discussão com
113 o tema, pois poderão ser divididos em subtemas. Concordou com a proposta “*igualdade racial e*
114 *democracia, reparação e justiça racial*” e com a supressão do trecho “*futuro do Brasil*”. Enfatizou
115 que deseja visualizar uma apresentação do relatório final da IV Conapir e que é necessário separar
116 sociedade civil da gestão. Concluiu informando que a conferência é competência dos conselheiros.
117 Com a palavra, o Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento sugeriu como proposta: “*igualdade e*
118 *democracia: reparação e justiça racial*”. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres concordou com a
119 proposta do Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento. Salientou a importância e da ancestralidade

da exposição de motivos. Em relação ao tema, expressou preocupação quanto a realização da conferência da melhor forma possível. A Conselheira Daniela Luciana da Silva concordou com a proposta do Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento. Complementou que a mudança está sendo realizada. A Conselheira Mãe Tuca comunicou que sua proposta está no *chat*. A Conselheira Maria Julia Reis Nogueira afirmou que estão retornando ao assunto e que é necessário definir o tema, pois o decreto não será publicado durante a tomada de decisão. Complementou que, será necessário se reunir para mudar datas, e lutar para que as políticas de promoção de igualdade racial sejam efetivamente do estado brasileiro e que o relatório da V Conapir seja política de estado. Salientou que não deve retomar a discussão sobre o tema. A Sra. Larissa da Cruz Santiago iniciou a votação da proposta “*igualdade e democracia: reparação e justiça racial*”. A proposta foi aprovada por unanimidade. Na sequência, transferiu-se para a pauta “Edital Amefricanidades”. A Sra. Larissa da Cruz Santiago explanou que se trata de um projeto liderado e executado pela Secretaria de Políticas de Ações Afirmativas, Combate e Superação do Racismo (SEPAR) e conduzido pelo Diretor de Combate e Superação do Racismo Yuri Santos Jesus da Silva. Acrescentou que, parte desse projeto tem um termo de execução com a Universidade Federal do Maranhão, que versa sobre o estabelecimento do Observatório Amefricanidades. Discorreu que, o projeto prevê trocas entre países do Sul global e tratará, no próximo intercâmbio, de uma troca com movimentos sociais de Cuba. Relatou que foi solicitada a indicação de cinco conselheiros do CNPIR para comparecer ao intercâmbio, que ocorrerá entre os dias 22 e 30 de julho em Cuba. Frisou que deve ser indicado até segunda-feira para iniciar o processo. Adicionou que pode enviar o *e-mail* do diretor e da Universidade Federal do Maranhão para todos os conselheiros. O Conselheiro Wanderson Flor do Nascimento sugeriu indicar três conselheiros desta reunião e destinar as outras vagas ou uma vaga para organizações ausentes para encaminhar até segunda-feira. A Vice-Presidente Marina Laís Duarte da Silva alegou que deve ser decidido nesta reunião para acelerar o processo. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres sugeriu que, as organizações da sociedade civil se reúnam para apresentar uma proposta e indagou se a indicação de conselheiros é direcionada a sociedade civil. Finalizou se candidatando como representante da CONEN. A Conselheira Iraneide Soares da Silva anunciou que a ABPN se candidata a vaga. O Conselheiro Antonio Ricardo Herculano da Silva se candidatou, concordou com a conversa com a sociedade civil e definição a proposta hoje. A Vice-Presidente Marina Laís Duarte da Silva se candidatou representando a UNEGRO. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior elucidou que, existem duas categorias direcionadas ao movimento social negro que são: a Rede de Movimento Negro com a categoria de organizações gerais do movimento negro.

152 Relembrou que foi realizado um acordo com o MNU e APN para não se candidatarem as agendas
153 internacionais. Asseverou que a RAN e a Coalizão Negra por Direitos não se manifestaram e sugeriu
154 destinar as quatro primeiras organizações que se candidataram e que seja discutida a quinta vaga. O
155 Conselheiro Igor Correia dos Prazeres solicitou aos representantes do governo que cedessem as vagas
156 para a sociedade civil. A Conselheira Maria Albenize Farias Malcher questionou se as organizações
157 gerais do movimento negro não são consideradas como movimento negro para candidaturas.
158 Asseverou que, o observatório tem ações mais amplas, inseriu o nome do CEDENPA, sugeriu uma
159 espacialização de ações dessa diáspora no Brasil e colocou à disposição para participar de outros
160 eventos e questionou se a participação está restrita a ida a Cuba, pois existem outros processos como
161 a construção de edital, convênios, pensando na permanência de alunos negros nas universidades e no
162 ensino médio. A Conselheira Daniela Luciana da Silva concordou, porém declarou que não pode se
163 tornar uma regra e que podem contribuir com votos. Enfatizou que pode ser verificado que, se houver
164 acordo, o governo pode não votar e ela se absteve. A Conselheira Maria Julia Reis Nogueira
165 questionou se foi sugerida uma reunião com a sociedade civil. Foi concordado. A Conselheira Mãe
166 Tuca se absteve e propôs iniciar a votação. O Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior salientou
167 que, com exceção do movimento cigano e das CUT, as demais entidades são do movimento social
168 negro. Afirmou que, existem segmentos dentro das categorias e para facilitar a disputa, sugeriu
169 reservar quatro vagas para entidades reconhecidas como movimentos negros. Salientou que, sete
170 entidades estão competindo por uma vaga e se ganhar, o vencedor representará o conselho e relatará
171 no retorno. A Sra. Larissa da Cruz Santiago esclareceu que, o diretor solicitou a indicação de cinco
172 movimentos sociais que integram o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, não tendo
173 especificidade do movimento e que, o período é de 22 de julho a 30 de julho, período com intensa
174 atividade relacionada a população negra. Cientificou que seria pouco viável realizar um intervalo para
175 reunião da sociedade civil. A Conselheira Karen Liliane do Nascimento retirou seu nome da
176 candidatura. A Conselheira Maria Julia Reis Nogueira frisou que a proposta apresentada é de uma
177 reunião de 10 minutos e depois a apresentação ao pleno. O Conselheiro Igor Correia dos Prazeres
178 indagou se a votação ocorreria cinco vezes ou uma vez. A Sra. Larissa da Cruz Santiago respondeu
179 que ocorrerá apenas uma vez. A Conselheira Daniela Luciana da Silva sugeriu a construção de chapas
180 para votação. Após intervalo para diálogo entre os representantes de entidades da sociedade civil, a
181 reunião teve continuidade, de modo que se candidataram e foram aprovados, unanimemente, os
182 seguintes conselheiros e conselheiras para a atividade Observatório Ameafricanidades em Cuba:
183 Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN), Conselheiro Iraneide Soares da Silva (ABPN),

184 Conselheiro Antônio Herculano (CEN), Conselheira Marina Laís Duarte da Silva (UNEGRO) e
185 Conselheira Anna Maria Canavarro Benite (Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado). Por
186 fim, a Sra. Larissa da Cruz Santiago agradeceu a participação e o comprometimento de todos, de
187 modo que a Vice-Presidente Maria Duarte encerrou a 3^a Reunião Extraordinária do Conselho
188 Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.